



Universidade Federal
de Campina Grande



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

JOSEFA DOS SANTOS TAVARES

**PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL CONCEBIDO PELAS
PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA CIDADE DE MARIZÓPOLIS - PB**

CAJAZEIRAS-PB

2017

JOSEFA DOS SANTOS TAVARES

PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL CONCEBIDO PELAS
PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA CIDADE DE MARIZÓPOLIS - PB

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Campina Grande, do Centro de Formação de Professores, Campus Cajazeiras, como requisito parcial para a obtenção do grau de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Luisa de Marillac Ramos Soares

CAJAZEIRAS-PB

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

Denize Santos Saraiva Lourenço Bibliotecária CRB/15-1096

Cajazeiras - Paraíba

T231p Tavares, Josefa dos Santos.

Preconceito e discriminação étnico-racial concebido pelas professoras da educação infantil da cidade de Marizópolis-PB / Josefa dos Santos Tavares. - Cajazeiras, 2017.

37f.: il.

Bibliografia.

Orientadora: Profa. Dra.Luisa de Marillac Ramos Soares.

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) UFCG/CFP, 2017.

1.Educação Infantil. 2. Preconceito na sala de aula. 3. Discriminação étnico-racial. 4. Educação étnico-racial. 5. Professor de Educação Infantil.I. Soares, Luisa de Marillac Ramos. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU-373.2

JOSEFA DOS SANTOS TAVARES

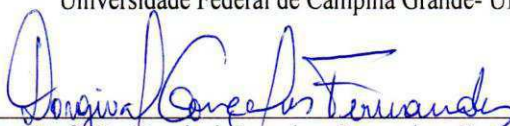
PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO ÉTNICO-RACIAL CONCEBIDO PELAS
PROFESSORAS DA EDUCAÇÃO INFANTIL DA CIDADE DE MARIZÓPOLIS – PB

MONOGRAFIA APROVADA EM: ____ / ____ / ____

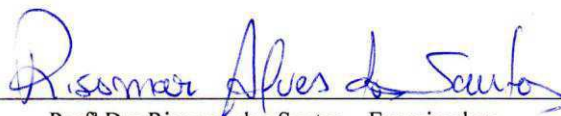
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a Dra. Luisa de Marillac Ramos Soares- Orientadora
Universidade Federal de Campina Grande- UFCG



Prof.^o Dr. Dorgival Gonçalves Fernandes - Examinador
Universidade Federal de Campina Grande-UFCG



Prof.^a Dra. Risomar dos Santos – Examinadora
Universidade Federal de Campina Grande-UFCG

Prof.^a Ma. Ane Cristine Herminio Cunha
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG (suplente)

Dedico esse trabalho a todos aqueles que participaram da construção e da concretização do mesmo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus o arquiteto do universo, por Ele ter me concedido a vida e ter me dado paciência para ter passado por tudo que eu passei sem ter surtado.

Agradeço também a minha mãezinha Lúcia, pela força e dedicação que sempre teve comigo e com a minha família.

Ao meu esposo Fernando, que com seu jeito me ajudou e me incentivou para finalizar esse trabalho.

Sem esquecer agradeço a minha filhinha Lara Vitoria que me tirou a paciência, me deixando escrever quando ela queria, mesmo assim ela é meu porto seguro, é por ela que finalizei esse trabalho.

Agradeço a minha orientadora Prof^a. Luisa de Marillac, que minuciosamente corrigiu meu trabalho, sempre me levando a ver além do que eu havia escrito, pela paciência e cuidado que teve comigo e com o nosso trabalho.

Não poderia esquecer e nem devo, de agradecer a minha família UFCG, que desde primeiro período me acolheram e sempre incentivaram uns aos outros.

Agradecer a Andressa, pelos bolos da festinha, e a paciência que teve comigo, a Jannalice que ao logo desses anos aprendi a gostar como minha irmãzinha, a Geilza por ~~não~~ ter me deixar abaixar a cabeça nas horas que pensei em desistir, a Cátia Larrisi por ter me socorrido muitas vezes que até já perdi as contas, a Marcela por ter tirado minhas dúvidas sempre **que** a procurei.

Agradeço também aos sujeitos da minha pesquisa que contribuíram para a conclusão do mesmo.

Não poderia deixar de agradecer a todo o corpo docente da UAE, com os quais adquiri conhecimento tanto para a vida profissional quanto para a vida pessoal.

Há todos muito obrigada!

*“Se a educação não transforma sozinha a sociedade,
sem ela tampouco a sociedade muda.”*

Paulo Freire

Resumo

O presente trabalho teve como objetivo geral: Apreender e analisar as concepções sobre preconceito e discriminação étnico-racial, construídas pelas professoras da Educação Infantil da cidade de Marizópolis – PB. Os objetivos específicos: verificar as possíveis estratégias utilizadas pelas professoras da Educação Infantil diante de uma ação de preconceito e discriminação étnico-racial, averiguar a inserção de possíveis práticas pedagógicas usadas pelas professoras da Educação Infantil para trabalharem com a questão étnico-racial. Os estudos teóricos foram fundamentados na discussão das políticas públicas para Educação Infantil e Educação étnico-racial. Participaram da pesquisa cinco professoras da Educação Infantil, do município de Marizópolis – PB. Como instrumento metodológico, utilizamos um questionário sócio-demográfico, o Teste de Associação Livre de Palavras (TALP) e uma entrevista semi-estruturada. Os resultados obtidos sugerem que para as professoras preconceito e discriminação encontram-se identificados nas dimensões ética, estética, afetiva e cognitiva; com maior ênfase na dimensão ética, na qual demonstra que as professoras concebem o preconceito e discriminação como ato cometido pelo outro. Os resultados das entrevistas indicam que elas precisam de formação em educação étnico-racial para que melhorem a prática pedagógica e possa oferecer uma educação infantil de qualidade.

Palavras-chaves: Preconceito. Discriminação. Educação étnico-racial. Educação Infantil.

Abstract

The present work had as its general objective: To apprehend and analyze the conceptions about prejudice and ethnic-racial discrimination, constructed by the teachers of Early Childhood Education of the city of Marizópolis - PB and specific: to verify the possible strategies used by the teachers of the Infantile Education before an action Of prejudice and ethnic-racial discrimination, to investigate the insertion of possible pedagogical practices used by the teachers of the Child Education to work with the ethnic-racial question. The theoretical studies were based on the discussion of public policies for Early Childhood Education and Ethnic-racial Education. Five female teachers from the School of Marizópolis - PB participated in the study. As a methodological tool, we used a sociodemographic questionnaire, the Free Word Association Test (TALP) and a semi-structured interview. The results obtained suggest that for the teachers, prejudice and discrimination are identified in the ethical, aesthetic, affective and cognitive dimensions; With a greater emphasis on the ethical dimension, in which it shows that teachers conceive prejudice and discrimination as an act committed by the other. The results of the interviews indicate that they need training in ethnic-racial education to improve pedagogical practice and to provide quality child education.

Key-words: Prejudice. discrimination. Ethnic-racial education. Early childhood education

LISTRA DE ABREVIATURA/SIGLAS

CFB	Constituição Federal Brasileira
DCNEI	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNPI	Plano Nacional pela Primeira Infância
TALP	Teste de Associação Livre de Palavras

LISTA DE QUADRO

Quadro 1	Dimensões da concepção sobre preconceito/discriminação étnico-racial, pelas professoras da educação infantil do município de Marizópolis - PB.
----------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1	15
2. A EDUCAÇÃO INFANTIL E ÉTNICO-RACIAL NA LEGISLAÇÃO	15
2.1 Preconceito e discriminação étnico-racial	18
CAPÍTULO 2	23
3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS	23
3.1 Perfis das instituições pesquisadas	24
3.2 Participantes da pesquisa: sócio-demográfico	25
3.3 Preconceito/discriminação étnico racial é...	25
3.4 Entrevista semi-estruturada	28
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
5. REFRÊNCIAS	34
6. APÊNDICE	36

1. INTRODUÇÃO

Neste trabalho iremos relatar um pouco sobre o preconceito e a discriminação étnico-racial, na concepção das professoras da Educação Infantil. Temos como tema: Preconceito e discriminação étnico-racial na Educação Infantil, concebido pelas professoras da Educação Infantil da cidade de Marizópolis – PB. Tivemos como problemática: Como as professoras da Educação Infantil concebem o preconceito e discriminação étnico-racial na Educação Infantil?

A escolha deste tema se deu a partir de leituras feitas no Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa “AiuêAqueje infância, arte e diversidade étnico racial”, quando tivemos a oportunidade de desenvolver estudos que começaram a despertar a curiosidade em aprofundar as leituras, buscando entender sempre mais sobre este tema que a cada dia vem se tornando complexo e polêmico no território brasileiro. Portanto, podemos dizer que essa é uma discussão necessária para que no Brasil tenha uma educação igualitária e compromissada com a criança na Educação Infantil, em especial. De acordo com Cavalleiro (2007, p. 36) “Há um número bastante reduzido de pesquisas que analisam a questão étnica na educação infantil, no Brasil. Geralmente, as pesquisas tratam, preferencialmente, do ensino a partir do primeiro grau. [...]”.

Todas as leituras realizadas até este momento nos levaram a refletir sobre perguntas tais como: como os professores de Educação Infantil estão percebendo esse assunto? Se os professores têm a preocupação de, ao estar na sala de aula, observar se as crianças brancas agem com preconceito étnico racial com as crianças negras? As crianças negras agem com preconceitos com crianças brancas e negras? Os professores de Educação Infantil entendem o que leva a esse comportamento?

Isto porque, muitas vezes crianças negras sofrem preconceitos e são discriminadas por outras crianças brancas, e às vezes pelas outras crianças negras. Situações estas que passam despercebidas, sendo entendidas pelo adulto como “apenas brincadeira de criança”, ignorando que a criança que passa por preconceito está sofrendo calada. Na nossa infância, quando tinha aproximadamente oito, nove anos em uma apresentação da escola sobre Sistema Solar fui escolhida para ser o sol, e um coleguinha olhou para mim e disse: “Nunca vi sol preto”, aquelas palavras nos soaram como algo muito feio e fiquei sem graça, sem palavras e a minha professora demonstrou não ter ouvido e seguimos com a apresentação. Deixei passar e hoje percebemos que sofri preconceito étnico-racial por outra criança negra, naquela ocasião. Ao mesmo tempo nos

chama a atenção a falta de ação da professora que nada fez a nosso favor, talvez por não ter conhecimento sobre o assunto ou por não querer discutir sobre um tema que na época não tinha tanta repercussão como atualmente.

Caso como este é referendado no Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) (BRASIL, 2010b, p. 61) quando afirma que “Oprimidas, na maioria das vezes, as crianças negras não encontram suporte nem mesmo em suas famílias que, também marcadas pela mesma discriminação, raramente sabem como oferecer formas de enfrentamento à opressão racial”.

Por isso são importantes os estudos sobre este tipo de preconceito para que as (os) professoras (es) possam lidar com situações como esta.

Ao iniciar os estudos sobre o tema abordado tivemos o prazer de perceber como a discussão sobre etnia nos dias atuais está cada vez mais avançada e tendo um valor ímpar para a sociedade na qual vivemos, mesmo percebendo que ainda há muito que ser abordado, principalmente na formação do professor da Educação Infantil e conseqüentemente na sua práxis pedagógica. Nesta direção, foi sancionada em 2003, Lei 10.639/2000 (BRASIL, 2004) que altera a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996), na qual estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, o que, muitas vezes, não está ocorrendo, pois as crianças só estudam sobre os negros nas datas comemorativas desenvolvendo reflexões que reconhecem os negros apenas como escravos, “coitadinhos”, que não valem nada. Estas práticas reforçam mais ainda o preconceito, ao invés de combatê-lo.

Como a Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica deve ser uma etapa na qual a criança aprenda brincando e descubra o valor de cada pessoa independente de sua etnia, raça, gênero, sexualidade.

São tantas questões que nos levaram a esse tema que fizemos um trabalho que poderá contribuir para a nossa formação tanto pessoal como profissional. Os estudos irão nos favorecer para que nossa prática como professora sendo mais atenciosa a alguns atos, gestos ou até mesmo palavras que passam despercebidas, também contribuirá para que outras professoras não só da Educação Infantil, mas de outros anos iniciais, possam rever seus conceitos. Na área de pesquisa científica contribuirá com mais um olhar voltado para Educação Infantil enfatizando a importância de se trabalhar com crianças pequenas sobre o preconceito e a discriminação étnico-racial.

Esse trabalho tem como Objetivo geral: Apreender e analisar as concepções sobre preconceito e discriminação étnico-racial, construídas pelas professoras da Educação Infantil da cidade de Marizópolis – PB. Os objetivos específicos são: verificar as possíveis estratégias utilizadas pelas professoras da Educação Infantil diante de uma ação de preconceito e discriminação étnica racial, averiguar a inserção de possíveis práticas pedagógicas usadas pelas professoras da Educação Infantil para trabalharem com a questão étnico-racial.

Nesse estudo trabalhamos a pesquisa de campo, seguida de instrumentos de coletas de dados que foi o Teste de associação Livre de Palavras (TALP), questionário sócio-demográfico, uma entrevista na modalidade semi-estruturada, feita com cinco professoras da Educação Infantil, do município de Marizópolis – PB.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: No primeiro capítulo explanamos sobre a Educação Infantil na legislação e sua importância, a construção da identidade da criança, o preconceito e discriminação étnico-racial, formações de professores da Educação Infantil. Em seguida, no segundo capítulo apresentamos a metodologia e os resultados obtidos na pesquisa e por último as considerações finais e os resultados obtidos como também apresentaram a importância da pesquisa.

CAPÍTULO 1

2. A EDUCAÇÃO INFANTIL E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NA LEGISLAÇÃO

A Educação Infantil é a primeira fase da educação básica e é indispensável para o desenvolvimento integral da criança, nos aspectos físicos, sociais, emocionais e cognitivos. É nessa primeira fase que se deve oportunizar a criança a conhecer seus valores individuais e os valores do coletivo, dando continuidade a construção da sua identidade pessoal e coletiva. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI):

A criança é sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2010a, p.12)

As DCNEIs (BRASIL, 2010a) asseguram a matrícula de crianças que completam cinco anos até o dia trinta e um de março do ano decorrente à matrícula na Educação Infantil, ela também nos orienta a respeito de que a frequência da Educação Infantil não é pré-requisito para a matrícula na Educação Fundamental, e que a criança deve ter sua vaga garantida perto de sua residência. Devem respeitar três princípios: éticos, estéticos e políticos. Destacaremos os éticos: da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e às diferentes culturas, identidades e singularidades, que no momento diz respeito ao nosso trabalho mais diretamente.

Portanto acreditamos que é na Educação Infantil que se deve iniciar a discussão sobre preconceito e discriminação étnico-racial para que as crianças tenham a oportunidade de estar se conhecendo, iniciando o processo de aceitação de si e do próximo, possibilitando assim, repensar as relações étnico-raciais na prática pedagógica. Como cita as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004, p. 17):

É importante destacar que não se trata de mudar um foco etnocêntrico marcadamente de raiz europeu por um africano, mas de ampliar o foco dos currículos escolares para a diversidade cultural, racial, social e econômica brasileira. [...]. É preciso ter clareza que o Art. 26A acrescido à Lei

9.394/1996 provoca bem mais do que inclusão de novos conteúdos, exige que se repensem relações étnico-raciais, sociais, pedagógicas procedimentos de ensino, condições oferecidos para aprendizagem, objetivos tácitos e explícitos da educação oferecida pelas escolas.

Acreditamos que com os avanços na Educação Infantil, deve ter também avanços na formação dos professores, os quais compreendendo a indissociabilidade entre o cuidar e educar deve receber o “Apoio sistemático aos professores para elaboração de planos, projetos, seleção de conteúdos e métodos de ensino, cujo foco seja a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Educação das Relações Étnico-Raciais” (BRASIL, 2004, p. 24).

No entanto essa formação ainda precisa melhorar e aperfeiçoar as habilidades de desenvolver a prática não só dos professores de Educação Infantil ampliar e aprofundar sua base de conhecimentos. Segundo o PNPI (BRASIL, 2010b), outros profissionais que irão trabalhar com crianças também devem ter habilidades específicas na área.

Até mesmo o curso de pedagogia carece de revisão de sorte a formar professores mais seguros e confiantes em suas capacidades para cuidar e educar crianças pequenas, desde os primeiros meses de vida. Em relação a outros profissionais são necessários que sua formação aborde conhecimentos sobre direitos da criança e desenvolvimento infantil de forma a garantir que a especificidade desta faixa etária seja considerada em seus projetos de trabalho, na sua atividade profissional cotidiana. (BRASIL, 2010b, p.86).

É na Educação Infantil que a criança dá continuidade a formação de sua identidade racial, identidade essa que se refere também à cidadania, ao direito ao bem-estar e à saúde plena. É na primeira infância que a criança negra quase não encontra exemplos positivos em nenhum espaço que ela vá, quando os encontram são raros os quais ela possa se identificar. Os brinquedos, por exemplo, são raros serem da cor negra como as bonecas e bonecos que são na sua maioria brancos, loiros, de olhos e cabelos claros, são pouquíssimos bonecos e bonecas negros e muitas das vezes fica explícito que a cor branca é a que “prevalece” sempre, fazendo com que surjam atitudes preconceituosas por parte das crianças, levando as mesmas a refletirem sobre sua cor de forma negativa e os pais sem terem conhecimento acabam alimentando a ideia de que o branco é a única cor que há. Moscovici (2003, p.108) alerta que: “[...] A compreensão que os pais têm da criança modela sua personalidade e pavimenta o caminho para sua socialização”. Portanto cabem

aos pais o olhar atento e o cuidado com atitudes e maneira de falar na frente dos filhos a respeito não apenas da cor da pele, mas de outras falas que as tornem preconceituosas.

Vale ressaltar que há muito tempo a criança era vista como um adulto em miniatura por outros adultos, em que cabiam a ela responsabilidades de adulto (OLIVEIRA, 2002), e hoje temos seus direitos fazendo valer. Podemos citar como exemplo o direito a estudar, ter uma família que a ame, direito a brincar, assegurado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), LEI Nº 8.069, criada em 13 DE JULHO DE 1990. (BRASIL, 1990).

A criança deve ser respeitada independente da sua cor, religião, raça ou gênero, ela dever ter seus direitos cumpridos por todos que a cerca, ressaltando sempre que todos são iguais segundo a Constituição Federal Brasileira (BRASIL, 1988) e que o ensino tem como um dos princípios: Art. 206, inciso I – “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.”

A Educação Infantil tem um papel relevante na construção da identidade da criança para a vivência dos seus valores, culturas e a forma de ser e estar no mundo, segundo Lopes e Oliveira (2015, p.242)

É preciso pensar uma Educação Infantil que contemple as experiências nas/das comunidades indígenas e afro-brasileiras, que revele o protagonismo das crianças dessas comunidades, que permita com que as suas paisagens, seus territórios, seus lugares sejam valorizados como meio natural e cultural, materializando valores, tradições, localidades, hábitos, costumes, vivências e encontros. Etno-saberes que possam conflitar com dimensões epistemológicas marcadas por um pensamento importando de um único centro de convergência e divergência.

No que diz respeito à formação do professor, Cavalleiro (2007, p.10) enfatiza que “[...] minha experiência mostrou que o silêncio do professor facilita novas ocorrências, reforçando inadvertidamente a legitimidade de procedimentos preconceituosos e discriminatórios no espaço escolar e, com base neste, para outros âmbitos sociais”. Daí a importância que se deve dar a formação do professor (a) da Educação Infantil, salientando ainda que o (a) professor (a) além da formação deve ter coragem de intervir para que quando se é percebido um ato de discriminação e preconceito étnico racial, o docente saiba lidar com a situação.

Levar em consideração o que se deve trabalhar nesse momento e dar importância do que é dito ou feito pela criança, fazendo-a refletir, não apenas de maneira lúdica, mas levando-o

também ao concreto, mostrando a criança, com histórias infantis, alguns personagens negros que demonstram personalidades potentes. Neste sentido, Dias (2012, p.184), afirma que:

Sem dúvida, trazer para a educação infantil os temas relativos à diversidade implica tomar uma atitude ousada e ética em relação à raça-cor e etnia. Incluir conhecimentos afro-brasileiros e indígenas e considerá-los tão importantes quanto os conhecimentos de origem européia que já são largamente trabalhados é romper com uma tradição eurocêntrica de currículo, atitude nem sempre apoiada pelo conjunto de profissionais das instituições escolares.

Trabalhar questões étnico-raciais na Educação Infantil exige do professor (a) uma atenção, um cuidado maior, um compromisso com a ética, “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;” (BRASIL, 2010a). Mesmo sabendo que deve haver esse compromisso, poderá existir algumas instituições que não as façam valer. Dias (2012, p.184) ressalta que:

Trabalhar com a diversidade étnico-racial, especialmente na educação infantil, exige sim que o professor assuma um compromisso ético e político. Apesar de haver, nas propostas oficiais, recomendações para que as instituições ofereçam esse tipo de conhecimento, sabemos que incluí-lo nas práticas pedagógicas é romper com a lógica da reprodução do racismo institucional [...]

2.1 Preconceito e discriminação étnico-racial

Com a grande intensidade do assunto preconceito e discriminação, surge à necessidade de aprofundar os estudos acerca da questão étnico-racial que nos rodeia, esse é um assunto que vem tomando uma proporção enorme nos últimos anos no Brasil, pois se trata de culturas consideradas diferentes, de povos diferentes. O preconceito vem sendo um dos assuntos de maior repercussão na mídia, portanto se encontramos na mídia é porque está sendo dada importância ímpar ao assunto, e significa que há indivíduos que alimentam esse tipo de sentimento para com o outro. Segundo Gomes (2005, p.43):

Construir uma identidade negra positiva em uma sociedade que, historicamente, ensina aos negros, desde muito cedo, que para ser aceito é preciso negar-se a si mesmo é um desafio enfrentado pelos negros e pelas negras brasileiros (as). Será que, na escola, estamos atentos a essa questão? Será que incorporamos essa realidade de maneira séria e responsável, quando discutimos, nos processos de formação de professores (as), sobre a importância da diversidade cultural?

Portanto, se é um tema que permeia a sociedade, ele deve ser tratado na escola, desde a Educação Infantil. Quando esses assuntos surgem em uma sala de Educação Infantil, é preciso que os profissionais tenham a sensibilidade de tratar o assunto com firmeza, clareza e muita atenção, orientando as crianças sobre o preconceito. Assim como o preconceito a discriminação também deve ser trabalhada nas escolas de Educação Infantil, qualquer tipo de preconceito e de discriminação, porém aqui será focado o étnico-racial.

O preconceito é um termo que envolve atitudes e comportamentos negativos e está presente na sociedade brasileira, no cotidiano dos indivíduos, e é prejudicial para a população negra em todos os aspectos. O preconceito é um julgamento negativo, sinalizando intolerância, ódio irracional ou aversão ao indivíduo pertencente à outra crença, raça, religião, etc. (CAVALLEIRO, 2007).

Desta forma, quando ocorre com crianças, o prejuízo é mais grave, visto que como sinaliza o PNPI (BRASIL, 2010b, p. 61), quando as crianças de outras etnias sofrem algum tipo de preconceito, constrangimento ou violências outras, “[...] não conseguem, na primeira infância, dadas as características dessa etapa do desenvolvimento, significar essas situações, de modo a superá-las. Atitudes discriminadoras deixam marcas profundas na constituição subjetiva das crianças [...]”.

Apesar da CFB (BRASIL, 1988) assegurar como crime, Art. 5º XLII –“ a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”, o racismo vem tomando uma proporção tão grande,, levando-nos a refletir muito sobre o tema.

A discriminação étnica é vista quando em condições sociais dadas igualmente a brancos e negros, é identificado um favorecimento a uma classe social, educacional ou profissional o que leva a se refletir que houve uma exclusão social desconsiderando que a outra classe tenha subsídios para desenvolver certas habilidades. (CAVALLEIRO, 2007).

Portanto, a discriminação e o racismo não apenas limitam as oportunidades dos grupos externos, mais levam ao preconceito e a discriminação individual. O preconceito racial reflete em

nossa sociedade como um processo que resulta em desvantagens para os negros e para todo o povo brasileiro de forma direta ou indireta.

Por isso que acolher as diferenças étnicas na Educação Infantil poderá contribuir positivamente para a formação das crianças pequenas, pois é na Educação Infantil que se constrói a identidade da criança e dá continuação a sua formação como cidadão sem preconceito, entendendo que o que difere uma pessoa da outra não é a cor da pele, nem sua posição social, o que difere do outro é a maneira de pensar e agir com o outro. Quando falamos em acolher, nos reportamos a Cortella (2010, p.29) para quem defende que nas relações interpessoais tolerar significa suportar o outro e acolher vai além “[...] acolher significa que eu o recebo na qualidade de alguém como eu.”

Refletir sobre nossos valores, crenças, comportamentos e pensamentos é de suma importância para que se compreenda e se possa combater o preconceito e a discriminação e seus efeitos sobre nossa sociedade.

Falar sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar não é realizar um discurso de lamentações (CAVALLEIRO, 2001), porém, é dar visibilidade as crianças negras levando-as a refletirem sobre sua posição na sociedade em que vivem, mostrando-as que serem negro não é ser diferente, pois sabemos que as diferenças estão nas cabeças de pessoas racistas, preconceituosas que usam seus discursos para gerarem discriminações sobre os outros.

Este contexto traz a seguinte indagação: como um professor de Educação Infantil irá reagir ao se deparar com uma situação de preconceito, discriminação ou de racismo?

Por isso a importância da formação dos professores no que diz respeito a esse assunto que tem imensa repercussão nas escolas. Falamos em formação, principalmente dos educadores de Educação Infantil, pois é neste período de formação da cidadania e da continuação da construção da identidade, que crianças pequenas precisam ter uma base do que é preconceito, discriminação étnico-racial, para que eles possam desempenhar o papel de cidadão, reconhecendo seu papel na sociedade. De acordo com Bento, “Dias observou professores que participaram de processos de formação na área de relações raciais, conseguiram desenvolver práticas eficazes na promoção da igualdade racial; tornaram-se mais atentos às práticas discriminatórias no cotidiano escolar.” (DIAS, 2007, apud BENTO, 2012, p.114).

Sabemos que na infância a criança já percebe algumas diferenças em torno dela, conseguindo diferenciar as crianças brancas das negras e suas singularidades, embora não as

classifiquem em importância social. Daí a importância da formação do professor para saber orientar sua prática pedagógica. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana altera a Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e afirma que:

É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos. (BRASIL, 2004 p.10,11)

Assim os professores poderão levar para sala de aula o conhecimento histórico não somente da abolição dos escravos, mas fazer com que os alunos reflitam sobre suas origens, de como o Brasil é formado, que origem tem realmente o povo brasileiro. Toda essa reflexão deve ter início na Educação Infantil, logo deve haver uma formação para esses professores, em especial aos de Educação Infantil, que em sua maioria não sabem lidar com situações de preconceito, discriminação e racismo em sua sala de aula. Como diz Bento (2012, p.115)

Provavelmente, uma das implicações mais importantes da perspectiva da identidade racial para a prática educacional é que os professores precisam entender seus próprios níveis de desenvolvimento de identidade racial para poderem mudar as percepções e expectativas que possuem em relação às crianças negras, e auxiliarem na mudança do quadro de discriminação e desigualdade que constatamos hoje.

Neste contexto, a família de crianças negras também tem seu papel de rever seus conceitos e de, juntamente com a escola, auxiliar a criança nessa fase de construção de identidade, ajudar a criança a se perceber com potencial igual ao outro, buscar sempre exemplos para que a noção de igualdade seja materializada entre todos.

Nessa perspectiva, há que se cuidar para que os impactos dos valores europeus não prevaleçam na formação da identidade das crianças, que a ausência de elementos de sua cultura não permita que as crianças sintam-se desvalorizadas. Só assim poderemos dar início a uma educação igualitária, permitindo que a criança possa desenvolver suas particularidades.

Portanto deve-se compreender que o reconhecimento positivo das diferenças étnico-raciais na Educação Infantil torna o espaço escolar positivo e propício ao desenvolvimento de crianças pequenas. Uma educação infantil de qualidade que oportuniza nas relações interpessoais o respeito aos princípios éticos, estéticos e políticos, possivelmente, abortaremos o preconceito e a discriminação, desta criança, na fase adulta. Segundo Cavalleiro (2007, p.12)

Observar as relações interpessoais que na escola se vivenciam é, penso essencial quando se entende a Educação como um dos principais fatores de desenvolvimento da cidadania. Só por meio dela é possível desmistificar as grandes contradições que nos são peculiares.

Para melhor compreensão do que tratamos até o momento, seguiremos com a apresentação dos procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, e em seguida a análise e discussão dos dados.

CAPÍTULO 2

3. PROCEDIMENTO METODOLÓGICO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este estudo se caracterizou como uma pesquisa quantitativa e qualitativa através da qual teve como objetivos “Apreender e analisar o preconceito e discriminação étnico-racial, concebido pelas professoras da Educação Infantil da cidade de Marizópolis – PB; Verificar as possíveis estratégias utilizadas pelas professoras da Educação Infantil diante de uma ação de preconceito e discriminação étnica racial e Averiguar a inserção de possíveis práticas pedagógicas usadas pelas professoras da Educação Infantil para trabalharem com a questão étnico- racial.

Segundo Gonsalves (2003, p.68) “[...] a pesquisa qualitativa preocupou-se com a compreensão, com a interpretação do fenômeno, considerando o significado que os outros dão a suas práticas, o que impõe ao pesquisador uma abordagem hermenêutica”.

Tal estudo aproximou-se ainda, da pesquisa explicativa que “[...] pretende identificar os fatores que contribuem para a ocorrência e o desenvolvimento de um determinado fenômeno” Gonsalves (2003, p.66), buscando assim respostas para algumas indagações que foram sendo feitas, na qual teve como público alvo cinco professores (as) da Educação Infantil da rede municipal, da cidade de Marizópolis - PB. Foi também uma pesquisa de campo, através da qual fomos em busca do público pesquisado, segundo Gonsalves (2013,p.67) “ Denomina-se pesquisa de campo o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada.”

Os instrumentos de coleta de dados foram: Questionário sócio-demográfico; Teste de Associação Livre de Palavras – TALP e a entrevista semi-estruturada.

O Questionário sócio-demográfico, constituído de 10 questões, teve como objetivo conhecer o público pesquisado no que se refere à idade, estado civil, formação, vínculo empregatício, tempo de magistério, tempo de magistério na educação infantil, e renda salarial.

O Teste de Associação Livre de Palavras - TALP, com o estímulo “preconceito e discriminação étnico-racial”, teve como objetivo Apreender e analisar o preconceito e discriminação étnico-racial, concebido pelas professoras da Educação Infantil da cidade de Marizópolis – PB. Segundo Abricet *al.*(ABRIC, 1994, *apud* OLIVEIRA, 2005) o TALP, é uma técnica que permite aos indivíduos entrevistados a redução das dificuldades e os limites das

expressões discursivas habituais. Para isto, solicitamos que escrevessem seis palavras a partir do seguinte estímulo: O que lhe vem à mente quando você ouve à expressão “preconceito e discriminação étnico- racial”? Em seguida enumerá-las em ordem crescente de importância cada palavra, logo após justificar a que foi numerada como primeiro lugar.

Associado ao TALP aplicamos a entrevista constituída de sete questões que aprofundaram as considerações acerca das concepções das professoras da Educação Infantil, da cidade de Marizópolis – PB, sobre preconceito e discriminação étnico-racial na Educação Infantil E atenderam aos objetivos específicos de: Verificar as possíveis estratégias utilizadas pelas professoras da Educação Infantil diante de uma ação de preconceito e discriminação étnico-racial; Averiguar a inserção de possíveis práticas pedagógicas usadas pelas professoras da Educação Infantil para trabalharem com a questão étnico- racial.

A análise dos dados foi feita através da análise de conteúdo que segundo Matos (2002, p.66) “essa técnica é muito ligada à pesquisa quantitativa”. É uma análise feita com os documentos escritos, orais, atividades que possam ser descritas e analisadas, entrevistas e discussões transcritas (CORTES, 1998 apud MATOS, 2002).

É importante informar que para identificação nas entrevistas solicitamos que indicassem pseudônimos, para que fosse preservada a identidade das entrevistadas, foram Ana, Estrela, Fafá, Val e Linda.

3.1 Perfis das instituições pesquisadas

No município há três escolas de educação infantil/ensino fundamental e uma creche e pré-escola com berçário, onde atende crianças de seis meses a cinco anos. Nas escolas há duas salas ofertadas para a Educação Infantil. As escolas têm , assim como na creche, uma boa estrutura, todas têm amplas salas de aulas, bem ventiladas, com boa claridade, um amplo espaço de recreação, bibliotecas, sala de informática com computadores (exceto na creche que não tem sala de informática); uma direção, uma secretaria, sala de professores, cozinha, almoxarifado, banheiros separados para alunos e professores (na creche, os banheiros são adaptados para crianças e na escola para cadeirantes); dispensa para alimentos não perecíveis, dispensa para produtos de limpeza e bebedouros. Na creche tem um pequeno jardim no meio do pátio e um

espaço com os brinquedos como: escorregador, piscina de bolinha e pula-pula, além de um pátio cimentado para recreação.

3.2 Participantes da pesquisa: dados sócio-demográficos

A princípio, os participantes da pesquisa seriam todos os professores que trabalham na Educação Infantil do município, no entanto dois deles, não quiseram participar. Assim, participaram da pesquisa cinco professoras, que se encontram na faixa etária entre 29 e 60 anos. Quanto ao vínculo empregatício, são quatro efetivas e uma contratada. Entre as cinco, no que se refere ao estado civil, uma é solteira. No que diz respeito à renda salarial, uma ganha um salário mínimo e as demais ganham o valor entre dois a três salários mínimos vigentes no país. No que se refere à formação acadêmica, uma tem Ensino Médio na modalidade Normal, três tem o curso superior em Pedagogia e especialização em diversas áreas, (EJA: com ênfase na economia solidária, Supervisão e Orientação Educacional e Educação Inclusiva), e uma tem o Curso superior em Ciências Exatas e da Natureza, com especialização em Educação Infantil. O tempo no magistério das entrevistadas compreende entre 10 a 18 anos e de atuação, porém, especificamente na Educação Infantil é entre seis meses a 13 anos.

Após apresentarmos o perfil da instituição e das professoras entrevistadas, seguiremos com a análise

3.3 Preconceito/discriminação étnico racial é...

Para apreendermos e analisarmos o preconceito e a discriminação étnico-racial, concebidas pelas professoras da Educação Infantil da cidade de Marizópolis – PB aplicamos o TALP solicitando que as professoras entrevistadas escrevessem seis palavras com o que vinha à sua mente ao escutar o com o seguinte estímulo “preconceito/discriminação étnico-racial”, e em seguida enumerá-las por ordem de importância e justificasse a primeira.

Obtivemos 30 evocações, cinco apontadas em primeiro lugar por ordem de importância. A professora Estrela apontou elemento que constitui a *dimensão ética*, foi citada pela professora Ana, professora Fafá e a professora Linda *dimensão afetiva* e a professora Val cita a primeira na

dimensão cognitiva. Quanto à *dimensão estética* a ordem de importância se deu entre o segundo e quinto lugar.

Apresentaremos a seguir os resultados agrupados por dimensões.

Quadro1: Dimensões da concepção sobre preconceito/discriminação étnico-racial, pelas professoras da educação infantil do município de Marizópolis - PB.

DIMENSÃO	EVOCAÇÕES	QUANTIDADE
DIMENSÃO ÉTICA	Falta de respeito	2
	Injustiça	2
	Desigualdade*	2
	Engano	1
	Intolerância	1
	Falta de dignidade	1
	Dono do mundo	1
	Pedante	1
	Irresponsabilidade	1
	Comportamento	1
	Ignorância	1
	Falta de inclusão	1
	Exclusão	1
	Indiferença	1
	Desorientação	1
	Sem qualidade/ser desprezível	1
Horrível	1	
Sub Total		20
DIMENSÃO ESTÉTICA	Corpo	1
	Idade	1
	Cabelo	1
	Cor	1
Sub Total		4
DIMENSÃO AFETIVA	Falta de amor*	2
	Falta de humildade*	1
	Maldade	1
	Desumanidade	1
Sub Total		5
DIMENSÃO COGNITIVA	Inteligência	1
Sub Total		1
Total		30

Fonte: TALP aplicado as professoras durante a pesquisa – 2016

✓ Dimensão ética

Vimos que o maior número de evocações (20) está agrupado na dimensão ética. Embora só uma palavra: *desigualdade* tenha sido apontada em primeiro lugar por uma entrevistada. Vejamos sua justificativa:

[Desigualdade] *Na minha opinião, a desigualdade dentro deste tema está em primeiro lugar, pois, as pessoas sejam de cor, raça ou religião forem, precisam ser tratadas por igual, só assim teremos um mundo justo e igualitário para todos.* (Prof^a. Estrela)

Essa justificativa traz à tona as demais palavras evocadas pela mesma, como: *exclusão, indiferença, desumanidade, intolerância e desorientação* que nos ajuda a pensar a relação com o outro, como afirma Cortella (2010, p. 29)

[...] tolerar é suportar. [...] Em vez de usar a palavra ‘tolerância’, tenho preferido uma outra: ‘acolhimento’. Há uma diferença entre *tolerar* que você não tenha as mesmas convicções que eu – sejam religiosas, políticas, ou outras – e *acolher* suas convicções. Porque acolher significa que eu o recebo na qualidade de alguém como eu.

✓ Dimensão Estética

Na dimensão estética, mesmo não tendo palavras indicadas em primeiro lugar, elas se encontram entre a segunda e quinta colocação por ordem de importância (*corpo, cor, idade e cabelo*). Nessa definição Gomes (2005, p. 46) afirma que,

A questão mais séria é: por que aprendemos a ver o outro e, nesse caso o negro, como inferior devido a sua aparência e/ou atributos físicos da sua origem africana. A resposta é: porque vivemos em um país com uma estrutura racista onde a cor da pele de uma pessoa infelizmente é mais determinante para o seu destino social do que o seu caráter, a sua história, a sua trajetória.

✓ Dimensão afetiva

Foram citadas quatro palavras como: duas vezes *falta de amor*, e uma vez, conseqüentemente a *falta de humildade*, a *maldade* e a *desumanidade*. E foram indicadas em primeiro lugar por três entrevistadas (*falta de humildade, falta de amor ao próximo e falta de*

amor). Esta dimensão nos leva a refletir sobre os sentimentos com o outro e para o outro. Vejamos as justificativas:

[Falta de humildade] “*Porque quem não tem nem amor no coração, humildade se acha superior aos outros.*” (Prof^ª. Ana)

[Falta de amor ao próximo] “*Desde que as pessoas amem o próximo não vai haver esse tipo de preconceito.*” (Prof^ª. Fafá)

[Falta de amor] “*O preconceito existe porque as pessoas não têm amor ao próximo, respeito e não aprenderam a valorizar a pessoa do outro.*” (Prof^ª. Linda)

✓ Dimensão cognitiva

Foi citada apenas uma palavra: *inteligência*. A qual nos leva a reflexão a respeito do desenvolvimento cognitivo da criança, em que, segundo a professora em conversa informal e registrada em diário de campo, enfatizou que “as outras crianças discriminam os coleguinhas de cor negra, os tacham de burros por serem negros” E continua citando um exemplo: “quando uma criança negra faz a tarefinha e erra, as outras dizem que ela erra porque é negra” . Veja a justificativa:

[Inteligência] “*As crianças discriminam as que sabem menos.*” (Prof^ª. Val)

Após analisarmos o resultado do TALP, e para complementar a coleta de dados, utilizamos da entrevista semi-estruturada que ampliou a margem de compreensão sobre o objeto estudado.

3.4 Entrevista semi-estruturada

A entrevista foi composta por sete questões. Detalharemos cada uma delas:

Na primeira questão perguntamos as professoras se já haviam presenciado alguma cena entre crianças na escola que se constituía de preconceito/discriminação étnico racial.

E que se positivo, relatasse. Diante as respostas, duas afirmaram terem presenciado e três disseram que não. Dentre elas, quatro justificaram:

Sim. Foi com uns três anos, uma criança branca. Fui colocar uma criança escura perto dela e ela falou que não queria o outro perto, então expliquei que embaixo da pele somos todos iguais. (Profª Ana)

Nas escolas se costumam ver isso, quando estão brigando, quando um chama o outro de “nego besta”. (Profª Fafá)

Nunca presenciei uma discriminação étnica racial na escola, a única coisa que as crianças riem um do outro e no momento das atividades quando o colega não sabe fazer. (Profª Val)

Não presenciei nenhuma cena deste tipo, até porque acredito na pureza das crianças e na nobreza de suas atitudes. (Profª Linda)

O que podemos perceber nas respostas é que em sua maioria as professoras não presenciaram cenas de preconceito e discriminação étnico-racial, no entanto entre as que presenciaram a intervenção da professora demonstra que a mesma não tem propriedade sobre o tema.

Para Cavalleiro (2007, p. 36) as pesquisas realizadas no Brasil sobre questão étnica na educação infantil, “[...] sinalizam a existências de práticas discriminatórias na relação interpessoal entre adultos e adultos/crianças, mas não evidenciam a existência de discriminação entre as crianças”.

No que se referem as que não presenciaram, Oliveira (1994, apud CAVALLEIRO, 2007, p. 36) em sua pesquisa detectou que “os profissionais entrevistados por não detectaram, contudo, a presença de preconceito e de discriminação nos relacionamentos interpessoais entre crianças”.

A segunda questão amplia esta primeira para os funcionários. Três afirmam categoricamente não terem visto. E duas, apesar de negar, acreditam que existe. Vejamos:

Nunca presenciei o preconceito entre funcionários e criança. (Profª Val)

Até o momento não me deparei com nenhuma situação de discriminação racial, pois vejo que as crianças são tratadas com igualdade por todos os profissionais da educação, sendo vistas, como prioridade neste educandário. (Profª Linda)

Não diretamente com a criança, mas em conversa entre funcionários, em especial, com alunos que dão muito trabalho. (Profª Fafá)

Se tiver não demonstra, porém, nunca vi. Sabemos que existe. (Profª. Ana)

Nesta questão a maioria afirma que nunca presenciaram nenhum tipo de preconceito e discriminação de funcionários com crianças diretamente, apenas a professora Fafá que diz que há em conversas em especial se a criança for trabalhosa surge à palavra negro.

A seguir perguntamos se utilizam alguma estratégia para trabalhar a questão do preconceito/discriminação étnico racial com as crianças da educação infantil. E pedimos para comentar.

Sim. Usando exemplos com pessoas de cor clara, com comportamentos horríveis. Uso qualidade terríveis em cima de brancos para que eles entendam. Exemplo: quem quer ser amigo do branquinho que rouba? Quem quer ser amigo do moreninho que tem casa com piscina? (Profª. Ana)

Sim, através de atividades, filmes educativos, exposição e confecção de cartazes. (Profª Estrela)

Sim. Trabalho que cor de pele não tem nada a ver, que o que vale é o amor, porque Deus fez preto/branco, assim como Deus ama o branco, ama o preto. Eu gosto de disser que quando nós morremos iremos para o mesmo lugar um cemitério, uma cova, ninguém é melhor que ninguém para não morrer, Deus não fez um céu para branco e para preto, porque Deus é nosso Pai. (Profª Fafá)

Sim no decorrer das aulas são trabalhados com os alunos o tamanho, corpo, cor da pele e etc.(Profª Val)

Sim costumo orientar as crianças a não discriminar os colegas, a tratá-los como gostariam de ser tratados. Procuro sempre conscientizá-los de que somos todos iguais e que Deus não faz acepção de pessoas e que nos ama com a mesma intensidade, não importa que sejamos rico ou pobre, preto ou branco, bonito ou feio. Ele nos ama mesmo assim. Costumo também desenvolver atividades que mostre atitudes de respeito e amor ao próximo. (Profª Linda)

Ao serem questionadas se usam alguma estratégia para trabalhar a questão do preconceito em sala, todas elas afirmam que utilizam cada uma com sua estratégia. No entanto, podemos perceber que falta competência ao trabalhar o assunto em sala. Segundo Cavalleiro (2007, p.35) “[...] Esses estudos demonstram a necessidade de uma ação pedagógica de combate ao racismo e aos seus desdobramentos, tais como preconceito e discriminação étnicos.” E Valente (1995, apud Cavalleiro, 2007, p. 37) detectou o despreparo da professora, em sua pesquisa, ao trabalhar a

possível existência de práticas preconceituosas e discriminatórias entre crianças e destacou “[...] uma possível responsabilidade por parte da escola ao se omitir ante o problema étnico e ao transmitir preconceitos.”

Na seguinte questão ao ser questionada se já participou de alguma formação sobre preconceito/discriminação étnico racial. Se positivo, quando e como foi a experiência. Nesta questão apenas uma deu sua resposta positiva que havia participado, embora só indicado o ano e o lugar. Não falou de sua experiência. Isso apenas demonstra a carência de uma formação na área.

Sim, em João Pessoa em 2007. (Profª Estrela)

Depois perguntamos se conhecem a Lei 10.639/2003? E se conseguem aplicá-la na educação infantil.

Sim, com uma conversa informal e atividades diversificada. (Profª Estrela)

Das cinco professoras entrevistadas apenas uma conhece a Lei e consegue aplicá-la em sua sala de aula. É importante lembrarmos que segundo as DCNs a Lei é:

[...] Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela Lei 10.639/2000, que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5º, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros.

A próxima questão, perguntamos quantas crianças têm em sua sala de aula. E quantas crianças você considera negras. Das respostas abaixo gostaríamos de chamar atenção, para a maneira como as professoras se reportam a questão:

Tenho 23. Não presto atenção nisso. (Profª. Ana)

Tenho 15 crianças, dentre eles um é negro. (Profª. Estrela)

Oito. Nenhuma. Havia apenas uma que era morena, mas foi para outra turma. (Profª Fafá)

Atualmente tem 12 alunos e só uma considero negra. (Profª. Val)

Na minha sala de aula são 13 crianças, apenas 3 delas, tem o tom da pele mais escura. (Profª. Linda)

Denominação como *morena* ou *tom da pele mais escura*, segundo Amaral (2016, S/P), “[...] findam por não conferir dignidade à população negra, uma vez que representam uma dolorosa ‘cumplicidade’ com o opressor, ou seja, o branco”.

Para finalizar a entrevista perguntamos quais os momentos em que as professoras trabalham com temas relacionados a preconceito/discriminação étnico racial.

Quase todos os momentos trabalho (Profª. Ana)

Em algumas datas comemorativas, retratando a diversidade. (Profª Estrela)

Sempre falo quando surge o assunto em sala, sobre preconceito racial. Quando dou aula de religião costumo dizer que todos somos iguais perante Deus e o mundo. (Profª Fafá)

Na hora das músicas cantadas em sala de aula no momento do conto infantil e nas brincadeiras. (Profª Val)

Em todos os momentos dependendo das situações do cotidiano. (Profª Linda)

Como podemos ver várias foram às respostas evasivas que demonstraram que, por não terem formação, as ações não poderiam ser diferentes. Exceto a professora Estrela, que embora tenha feito o curso ainda privilegia o tema nas datas comemorativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado podemos deduzir que o preconceito e a discriminação existem e mesmo sem perceber as professoras entrevistadas agem com preconceito diante de algumas situações. Ao final desta pesquisa acreditamos que as professoras mesmo tentando agir de maneira neutra diante das crianças acabam deixando transparecer que há preconceito.

Com relação a sua concepção sobre preconceito e discriminação podemos entender que as professoras fazem uma ligação da ação sempre atribuindo ao outro, ou seja: *no agir do outro, na fala do outro*, nunca imaginam que o preconceito ou discriminação podem estar na sua prática, o que possibilita a conceituar preconceito e discriminação como característica de *pessoas sem amor, pedantes, pessoas que se sentem os donos do mundo, maldade, desigualdade, desumanidade*.

Ao lidarem com esse tema cada uma a sua maneira, usa sua prática demonstrando não terem nenhum tipo de conhecimento ao se depararem com situação em que as crianças pratiquem ou sofram o preconceito ou a discriminação, demonstram usar metodologias dissociadas da educação étnico-racial.

O que nos chamou atenção foi a professora Estrela que mesmo tendo formação na área ainda trabalha o tema apenas nas datas comemorativas, ou seja, de modo dissociado do que poderia explorar, e a professora Fafá que leva sempre o tema para o lado da religião tentando mostrar as crianças que Deus nos vê como iguais.

O que podemos propor é que essa pesquisa deve ser ampliada, buscando melhorar no que descreve sobre a concepção das professoras, seus atos e sua maneira de se portar diante do preconceito e da discriminação etno-racial em sala de aula de Educação Infantil.

O que permaneceu claro foi que é preciso sim uma formação na área da educação étnico-racial para professores em especial que atuam na Educação Infantil.

O que vamos induzir dessa pesquisa é que devemos observar a nossa sala de aula, os nossos alunos, dando prioridade às diferenças que existem e acolhê-las, não fechar os olhos para assuntos de incomensurável valor como à educação étnico-racial, buscar sempre melhorar nossa prática e procurar aperfeiçoar nossa metodologia. Dando sempre ênfase à qualidade da e para Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Tercio do. **Por autoestima de alunas, professor de Ipojuca promove exposição fotográfica.** Geledés. Instituto da Mulher Negra. 24/11/2016. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/por-autoestima-de-alunas-professor-de-ipojuca-promove-exposicao-fotografica/#gs.pBI1oNo>> Acesso em: 1-/04/2017.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. A identidade Racial em Crianças Pequenas?In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.) **Educação infantil, igualdade racial e diversidade:** aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo, CEERT, 2012, p.98-117
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Plano Nacional Pela Primeira Infância.** 2010b, p.31, 37, 60,85.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil /** Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, 2004.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 5. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação. Edições Câmara, 1996.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Brasília. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil,** Brasília, 1988.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silencio do lar ao silencio escolar:** racismo, preconceito e discriminação na educação infantil, 5°. ed. São Paulo: Contexto, 2007.
- CAVALLEIRO, Eliane dos Santos (Org.). **Racismo e anti-racismo na educação:** repensando nossa escola. 3°. ed. São Paulo: Selo Negro, 2001.
- CORTELLA, Mario Sergio; LA TAILLE, Yves de. Nos labirintos da moral. 7 ed. Campinas: Papirus 7 Mares, 2010.
- DIAS, Lucimar Rosa, Formação de professores para a igualdade étnico-racial na educação infantil In: BENTO, Maria Aparecida Silva (Org.) **Educação infantil, igualdade racial e diversidade:** aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo, CEERT, 2012, p.177-193.

GOLSALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica**. 3 ed. Campinas, SP: Alínea, 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil**: Uma breve discussão. Brasília: Coleção educação para todos. 2005.

LOPES, Jader Jader Moreira, OLIVEIRA, Juvan Moreira. Infância e relações étnicas raciais. Percursos pelos trabalhos da ANPEd – GT 21 e 07. **Revista** Eletrônica de Educação, v. 9, n. 2, p. 227-248, 2015. Juiz de Fora, MG, 2015.

MATOS, Kelma Socorro Lopes de. **Pesquisa educacional: o prazer de conhecer**. 2 ed. Fortaleza, CE, Demócrito Rocha, 2002.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis: Vozes, 2003.

OLIVEIRA, Denize Cristina et al. Análise das Evocações Livres: uma técnica de análise estrutural das Representações Sociais” In: MOREIRA, Antonia Silva Paredes (Org.). **Perspectivas Teórica-metodológica em Representações Sociais**. João Pessoa, UFPB, Editora Universitária. 2005.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002 (Coleção Docência em Formação)

APÊNDICE A

Instrumento de coleta de dados

Dados sócio-demográficos

Pseudônimo: _____

Idade: _____

Estado civil: _____

Formação acadêmica: _____

Graduação em: _____

Especialização em: _____

Vínculo empregatício: _____

Tempo de magistério: _____

Tempo na Educação Infantil: _____

Renda salarial: () menos de 1 salário mínimo () 1 salário mínimo () 2 a 3 salários mínimos () mais de 4 salários mínimos.

Teste de Associação Livre de Palavras TALP

O que lhe vem à mente quando você ouve à expressão “preconceito e discriminação étnico- racial”?

() _____ () _____

() _____ () _____

() _____ () _____

Enumere por ordem de importância. Justifique a que você atribuiu o número 1

Entrevista semi-estruturada

- 1) Você já presenciou alguma cena entre crianças aqui na escola que se constituía de preconceito/discriminação étnico racial? Se positivo, relate.
- 2) E entre algum funcionário com criança? Se positivo, relate.
- 3) Você utiliza alguma estratégia para trabalhar a questão do preconceito/discriminação étnico racial com as crianças da educação infantil? Comente.
- 4) Você já participou de alguma formação sobre preconceito/discriminação étnico racial? Se positivo, quando e como foi a experiência?
- 5) Você conhece a Lei 10.639/2000? Consegue aplicá-la na educação infantil. Comente.
- 6) Quantas crianças têm em sua sala de aula? Quantas crianças você considera negras? Comente.
- 7) Quais os momentos em que você trabalha com temas relacionados a preconceito/discriminação étnico racial?